

transcorridos mais de dez anos da inauguração da primeira delegacia especializada de atendimento à mulher, em São Paulo. Ao trazer aqueles protagonistas para um campo de forças, a autora aborda a violência no embate entre múltiplas e simultâneas dimensões da produção e da reprodução da vida, em especial as concernentes ao entrelaço público x privado. A análise dessa tensa relação percebe as inúmeras e diferenciadas interconexões no campo, permitindo re-significar a violência doméstica como tortura cotidiana, política, o que valoriza explicações diferentes daquelas restritas às passionalidades de âmbito familiar.

Com o quadro teórico-metodológico urdido, Suely Almeida fornece elementos ao processo de desconstrução das figuras masculina e feminina segundo uma perspectiva cartesiana em que a oposição simples entre o homem e a mulher adquire centralidade.

O livro está dividido em quatro capítulos: nos três primeiros a autora problematiza os processos-crime face à interlocução com diversos autores da área das ciências humanas e sociais: Foucault, Thompson, Saffioti, Combes, Haicault, Arendt, Bourdieu, Campbell, Makkinnon, entre outros. No quarto capítulo, reconstitui o debate teórico através da interlocução com autores e estudiosos da

área de gênero, Scott, Gilligan, Pinto, Lauretis, Saffioti, Cançado e Almeida, Chauí, Schor, Fraisse, Dhavernas-Levy, Oakley, Delphy, Walby e Connell, entre outros, revitalizando esse campo epistêmico e redimensionando os paradigmas do patriarcado e das relações de gênero.

Com base no debate com as tendências anglo-saxã e francesa, assim como sua apreensão no Brasil, a autora problematiza o sujeito engendrado através da tematização de questões caras às ciências sociais e em particular ao feminismo, tais como essencialismo, identidade, diferença, igualdade e desigualdade.

A leitura de *Femicídio* permite, sobretudo, desnaturalizar um fenômeno social, revitalizando sua dimensão política. Ao tocar na ferida, tornando visível o engendramento da judicialização dos crimes conjugais, a autora interfere no campo de forças em que a subordinação da mulher ainda é cultivada por setores hegemônicos da sociedade patriarcal, ensejando a seguinte reflexão: como rearticular forças no cotidiano, com vistas à superação da submissão de gênero, classe e raça/etnia?

LÍLIA GUIMARÃES FOUGY ■

Gênero e ciências humanas na perspectiva das mulheres

Gênero e Ciências Humanas – desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres

AGUIAR, Neuma (org.)

Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998

A proposta de *Gênero e Ciências Humanas* é ambiciosa: uma discussão teórico-conceitual da produção de conhecimento em relação ao gênero, em várias áreas disciplinares. Será que podemos, após décadas de estudos e pesquisas sobre as mulheres, propor novos referenciais teóricos incluindo a perspectiva de gênero? Se podemos, quais são as propostas que, ao incluir o cam-

po das teorias feministas, contribuiriam para uma visão mais completa da sociedade, do indivíduo, dos grupos, do estado, do pensamento político de um modo geral? Como as teorias feministas seriam a cunha-mestra para se ter maior abrangência analítica no campo das Ciências Humanas?

As perguntas acima, presentes no livro, vão mais além: seria o feminismo uma ideologia política ou uma perspectiva crítica do conhecimento? Se é uma ideologia, o feminismo estaria dissociado do conhecimento científico? Tais questões, entre outras, fundamentam o debate sobre o lugar do feminismo na formação de nível superior, na consolidação e na institucionalização de um espaço acadêmico para o ensino e a pesquisa nas distintas áreas do conhecimento, sob a perspectiva do gênero. Tal perspectiva oferecerá as correntes práticas do ensino, os respectivos conteúdos teóricos, chegando ao cerne da reflexão acadêmica. Uma proposta ousada e desafiado-

ra para o Brasil, não obstante o fato de alguns países terem transposto tais barreiras, já oferecendo cursos em que a dimensão do Gênero está incorporada aos currículos. Como bem aponta a organizadora do livro, Neuma Aguiar, os núcleos de estudos sobre mulheres, entre nós, não conseguiram modificar minimamente os currículos universitários de modo a incluir as diferenças do gênero na produção do conhecimento científico.

O livro firma a viabilidade dessa perspectiva de ensino, com seus artigos se referindo a diversas áreas — antropologia, literatura, história, psicanálise, economia, sociologia, pensamento político. Os ensaios criticam as teorias correntes e propõem reformulações conceituais e metodológicas. Mireya Suárez, da Universidade de Brasília, focaliza a tradição acadêmica na antropologia, discutindo o viés etnocêntrico e sexista que marca "as interpretações que os etnólogos fizeram entre os homens e as mulheres e os papéis sociais por eles desempenhados". Ela retoma Morgan, Lévi-Strauss, Cardoso de Oliveira, Saint-simon, Dumont, Moore, Malinowski, Benedict e outros teóricos básicos da antropologia. Em cada um deles, analisa os problemas decorrentes da perspectiva do gênero, percebendo que ela não só ampliou a perspectiva do conhecimento fundada nas chamadas 'dicotomias essenciais', mas também propiciou a colocação de novos problemas e indagações que contribuíram para a 'desconstrução de idéias naturalizantes'.

Adriana Picicelli, da Unicamp, enfrenta sua própria ambivalência diante do conceito de gênero e do modo como ele está sendo tratado na produção feminista contemporânea. Invocando Judith Shapiro, ela trabalha na distinção entre natureza e cultura, categorias que não conseguem resolver a questão do gênero de modo aceitável. Ao discutir o trabalho de Donna Haraway, que lança mão do conceito 'apparatus de produção corporal', ela discute como os corpos pensados como 'nós' semióticos, possibilitariam a superação dos problemas colocados pela categoria gênero. Em outros autores ela analisa a introdução da dimensão política na relação entre os sexos: ao se "realizar generalizações sobre a sociedade humana olhando apenas para diferenças reais entre as sociedades no seu aspecto universal, as mulheres são jogadas em uma esfera a-histórica, não sendo possível observar qualquer tipo de mudança". A incorporação das experiências femininas e a politização entre os sexos não foram suficientes para aprofundar os questionamentos presentes, pois os pressupostos fundacionais permaneceram intactos.

Adriana Picicelli afirma, então: "é uma pena que autores notáveis como Haraway não se detinham nas diferenças que se produziam nas formulações orientadas sob a perspectiva do Gênero". Seu artigo é riquíssimo quanto às análises das categorias usadas, apontando avanços que seriam alcançados caso o gênero e outras categorias explicativas mais adequadas fossem utilizadas para explicar as diferenças nos estudos antropológicos.

Ana Maria Goidani abraça o exercício de pensar as consequências para a demografia caso fosse incorporada a perspectiva feminista. Perguntas-se também se esse não é um exercício desafiador para as ciências sociais como um todo. Trabalhando numa revisão das diferentes propostas feministas que vicejaram nas décadas de 60, 70 e 80, aplicando-as ao campo da demografia, ela afirma que o desafio maior para os demógrafos é que, ao incorporar a dimensão de gênero, eles tenham que expandir a abrangência das questões e dos dados produzidos para mais além do que têm feito os surveys individuais. Isso sendo feito, seriam muitas as consequências teóricas e metodológicas. Um ponto importante da análise de Goidani é a referência que ela faz ao trabalho "If all we know about women was what we read in demography, what would we know?", de Susan Watkins, publicado pela revista *Demography* em 1993.

Segundo a referida autora, o/a leitor/a daquela revista especializada assumiria que as mulheres, mais do que os homens, tenderiam a mentir sobre suas idades e a não declarar corretamente seu status marital, sendo também muito menos comprometidas com seu trabalho. Além disto, os recortes de idade utilizados nas análises demográficas referem-se às mulheres de 15 a 45 anos, e a morte parcial é decretada com a menopausa. Na demografia, sendo o número de variáveis limitado, as generalizações são excessivas, escondendo questões de grande riqueza para a pesquisa sobre as reais relações entre homens e mulheres. O argumento final da autora, então, é que, se adotasse o conceito de gênero, o conhecimento demográfico permitiria analisar mais profundamente as organizações sociais, refletindo não apenas as diferenças físicas entre homens e mulheres.

Por sua vez, o ensaio de Constância Lima Duarte sobre o cânone literário e a autoria feminina levanta, inicialmente, a conhecida ausência das mulheres na produção literária, seja por estarem proibidas de escrever e de publicar, reprovada pelos familiares, seja pelas rígidas normas morais que inscreveriam seus papéis na esfera privada.

LÚCIA AVELAR ■